2023

Demonstrações contábeis Itau Vida e Previdência S.A. 30 de junho de 2023

Relatório da Administração - 2023

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Itaú Vida e Previdência S.A. relativos aos períodos de 30/06/2023 e 31/12/2022 para contas patrimoniais e de 01/01 a 30/06 de 2023 e de 2022 para resultado, os quais seguem as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

1. Mercado

1.1 Mercado de Seguridade

No período de janeiro a junho de 2023 o faturamento do conjunto dos mercados supervisionados pela SUSEP apresentou aumento de 8,0% em relação ao mesmo período do ano anterior, com cerca de R\$ 182,3 bilhões em vendas de seguros (prêmios emitidos), previdência (contribuição) e capitalização (arrecadação) impulsionado pelo segmento de seguros (+R\$ 10,3 bilhões).

No acumulado de janeiro a junho de 2023, a participação do mercado brasileiro de seguros, previdência e capitalização no PIB[1] foi de 3,5%, que permaneceu estável em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em junho de 2023, o total das provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização atingiu R\$ 1.523 bilhões, apresentando aumento de 26,8% em relação ao mesmo período do ano anterior.

1.2 Mercado de Previdência

A contribuição total dos planos de previdência no acumulado de janeiro até junho de 2023 atingiu R\$ 77,5 bilhões, aumento de 3,0% quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Em junho de 2023, as provisões técnicas de previdência atingiram R\$ 1,3 trilhões, aumento de 30,4% em relação a junho de 2022, principalmente em função do aumento das provisões técnicas de VGBL (+ R\$ 135,2 bilhões) e PGBL (+ R\$ 111,2 bilhões).

1.3 Mercado de Seguros de Pessoas

No acumulado de janeiro até junho de 2023, os prêmios ganhos do mercado brasileiro de seguros de pessoas (desconsiderando VGBL e Dotal)^[2]atingiram R\$ 21,8 bilhões líquidos de resseguro^[3], com crescimento de 10,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, com destaque para os produtos de vida + acidentes pessoais (+R\$ 1,1 bilhão) e de prestamista (+R\$ 0,8 bilhões).

O índice de sinistralidade^[4] do mercado de seguros de pessoas, que é obtido por meio da divisão dos sinistros retidos pelos prêmios ganhos líquidos de resseguro, atingiu 29,6% no acumulado de janeiro até junho de 2023, queda de 0,9 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

As provisões técnicas de seguros de pessoas e vida individual atingiram R\$ 84,3 bilhões, aumento de 12,4% em relação a junho de 2022.

2. Desempenho

2.1 Resultados

Variações de 1º de janeiro a 30 de junho de 2023:

O **lucro líquido** foi de R\$ 276,7 milhões no período, com significativo aumento de 110,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse aumento ocorreu principalmente devido ao maior resultado financeiro, devido às maiores receitas financeiras com fundos de investimentos.

2.2 Patrimonial

Variações de 30 de junho de 2023 em relação a 31 de dezembro de 2022:

O total de ativos atingiu R\$ 251,0 bilhões, aumento de 6,9%, influenciado principalmente pelas aplicações.

O patrimônio líquido totalizou R\$ 4,4 bilhões, aumento de 12,5%.

As **provisões técnicas de seguros e previdência** totalizaram o montante de R\$ 246,0 bilhões, aumento de 6,8%, resultante principalmente do aumento de provisões matemáticas de previdência.

3. Negócios

Em junho de 2023, segundo a Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FENAPREVI), o nosso market share de provisões técnicas de previdência foi de 19,1%, enquanto o nosso market share dos planos individuais de previdência foi de 18,5%.

4. Distribuição de dividendos

Os acionistas têm direito ao dividendo obrigatório correspondente a 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado apurado em cada exercício, conforme disposto em Estatuto Social.

5. Declaração de Capacidade Financeira

Declaramos que a empresa possui capacidade financeira compatível com as suas operações e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Mantidos até o Vencimento" no montante de R\$ 6,2 bilhões.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e competência que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos clientes pela confiança que nos é atribuída.

São Paulo, 28 de agosto de 2023.

A Administração

^[1]O percentual de participação no PIB para cada um dos mercados supervisionados é definido como a relação entre o volume de receitas do respectivo mercado e o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil a partir da estimativa do PIB mensal do Banco Central (BACEN).

[2] Os produtos VGBL e o Dotal têm características de plano de acumulação, assim, foram desconsiderados do agrupamento pessoas para fins de análise de mercado. Dotal é uma modalidade de seguro que detém uma mescla de seguro de vida e plano de acumulação de benefício definido.

[3] Prêmios ganhos líquidos de resseguro são os prêmios ganhos subtraídas as despesas de resseguro.

[4] Obtido por meio da divisão dos sinistros retidos pelos prêmios ganhos líquidos de resseguro.

DIRETORIA

Diretor Presidente

Claudio César Sanches

Diretores

Carlos Henrique Donegá Aidar

Eduardo Nogueira Domeque

José Geraldo Franco Ortiz Júnior

Lineu Carlos Ferraz de Andrade

Rita Rodrigues Ferreira Carvalho

Atuário

Rogério Pires Calazans Matos

MIBA 1200

Contador

Arnaldo Alves dos Santos CRC 1SP210058/O-3

Sede: Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 - Torre Alfredo Egydio, 7° andar - Parque Jabaquara - São Paulo - SP

Itaú Vida e Previdência S.A. Balanço Patrimonial

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	30/06/2023	31/12/2022
Circulante		236.179.846	222.193.579
Disponível - Caixa e Bancos	2d II	53.587	260.657
Aplicações	2d III, 3	235.411.513	221.223.496
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros		320.751	322.407
Prêmios a Receber	4f I	320.538	321.967
Operações com Resseguradoras		213	440
Outros Créditos Operacionais		460	459
Ativos de Resseguros e Retrocessão		16.074	11.750
Títulos e Créditos a Receber		313.994	303.182
Títulos e Créditos a Receber		297.866	237.098
Créditos Tributários e Previdenciários	2d IV, 7b	16.108	66.084
Outros Créditos		20	-
Despesas Antecipadas		2.138	7.446
Custos de Aquisição Diferidos - Seguros	2d V, 4g	61.329	64.182
Ativo Não Circulante		14.808.223	12.498.573
Realizável a Longo Prazo		14.211.731	11.900.648
Aplicações	2d III, 3	13.878.025	11.436.813
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros - Prêmios a Receber	4f I	160	83
Títulos e Créditos a Receber		333.515	463.733
Créditos Tributários e Previdenciários	2d IV, 7b	300.417	434.264
Depósitos Judiciais e Fiscais	5	25.360	25.910
Outros Créditos Operacionais		7.738	3.559
Custos de Aquisição Diferidos - Seguros	2d V, 4g	31	19
Investimentos		337.692	339.108
Participações Societárias		336.758	338.172
Imóveis Destinados à Renda		934	936
Imobilizado		1.009	1.026
Imóveis de Uso Próprio		1.007	1.024
Bens Móveis		2	2
Intangível		257.791	257.791
Outros Intangíveis		257.791	257.791
Total do Ativo		250.988.069	234.692.152

Itaú Vida e Previdência S.A. Balanço Patrimonial

(Em milhares de reais)

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	30/06/2023	31/12/2022
Circulante		1.643.615	1.447.872
Contas a Pagar		309.276	180.621
Obrigações a Pagar		165.834	28.123
Impostos e Encargos Sociais a Recolher		113.170	98.857
Impostos e Contribuições	2d IV	30.272	53.641
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros	2d V	69.237	80.294
Prêmios a Restituir		2.369	2.277
Operações com Resseguradoras		1.595	9.004
Corretores de Seguros e Resseguros		65.209	68.924
Outros Débitos Operacionais		64	89
Depósitos de Terceiros	4f VII	60.140	100.228
Provisões Técnicas - Seguros e Previdência	4f III, 4f IV, 2d V	934.264	834.134
Pessoas		538.355	528.839
Vida Individual		2.343	2.550
Vida com Cobertura por Sobrevivência		393.566	302.745
Provisões Técnicas - Previdência Complementar	4f III, 4f IV, 2d V	267.905	251.793
Planos não Bloqueados		205.505	202.836
PGBL		62.400	48.957
Outros Débitos - Outros Valores		2.793	802
Passivo Não Circulante		244.967.079	229.352.045
Contas a Pagar		110.589	109.775
Obrigações a Pagar		240	235
Tributos Diferidos	2d IV, 7b	110.349	109.540
Provisões Técnicas - Seguros e Previdência	4f III, 4f IV, 2d V	178.114.863	166.066.740
Pessoas		160	90
Vida com Cobertura por Sobrevivência		178.114.703	166.066.650
Provisões Técnicas - Previdência Complementar	4f III, 4f IV	66.699.644	63.133.341
Planos não Bloqueados		10.402.046	10.772.806
PGBL		56.297.598	52.360.535
Outros Débitos - Provisões Judiciais	2d VI, 5	41.983	42.189
Patrimônio Líquido	8	4.377.375	3.892.235
Capital Social	_	2.391.000	2.391.000
Reservas de Capital	_	309.351	309.351
Reservas de Lucros		1.986.436	1.709.746
Outros Resultados Abrangentes	_	(309.412)	(517.862)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	_	250.988.069	234.692.152

Itaú Vida e Previdência S.A. Demonstração do Resultado

(Em milhares de reais, exceto as informações de quantidade de ações e de lucro por ação)

	Nota	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
Operações de Seguros		217.068	228.917
Prêmios Emitidos	4f II, 10b II	305.652	337.289
Contribuições para Coberturas de Riscos	10b II	123.656	126.887
Variação das Provisões Técnicas de Prêmios		1.005	(14.609)
Prêmios Ganhos		430.313	449.567
Sinistros Ocorridos	6 a	(163.415)	(173.165)
Custos de Aquisição	6c	(56.571)	(63.180)
Outras Receitas e Despesas Operacionais		(36)	6.732
Resultado com Operações de Resseguro		6.777	8.963
Operações de Previdência		175.381	198.382
Rendas de Contribuições e Prêmios	10b II	7.032.330	5.031.819
Constituição da Provisão de Benefício a Conceder		(7.031.369)	(5.031.578)
Receitas de Contribuições e Prêmios de VGBL		961	241
Rendas com Taxas de Gestão e Outras Taxas	6b	220.026	236.368
Variação de Outras Provisões Técnicas		(45.991)	(34.055)
Custos de Aquisição	6c	(1.607)	(2.110)
Outras Receitas e Despesas Operacionais		(3.967)	(7.907)
Resultado com Operações de Resseguro		5.959	5.845
Despesas Administrativas	6d	(340.768)	(346.782)
Despesas com Tributos		(27.510)	(31.930)
Resultado Financeiro	6e	437.268	145.433
Resultado Patrimonial		(3.022)	11.042
Resultado Operacional		458.417	205.062
Ganhos ou Perdas com Ativos não Correntes		35	10
Resultado Antes dos Impostos e Participações		458.452	205.072
Imposto de Renda	7a	(113.594)	(46.142)
Contribuição Social	7a	(68.168)	(27.668)
Lucro Líquido / (Prejuízo)		276.690	131.262
Quantidade de Ações	8a	1.094.526.547	1.094.526.547
Lucro Líquido / (Prejuízo) por Ação - R\$	2d VII	0,25	0,12

Itaú Vida e Previdência S.A. Demonstração do Resultado Abrangente

(Em milhares de reais)

	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
Lucro Líquido / (Prejuízo)	276.690	131.262
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	208.450	(174.663)
Variação de Valor Justo	341.738	(286.137)
Efeito Fiscal	(136.695)	114.455
Coligadas / Controladas	3.407	(2.981)
Total de Outros Resultados Abrangentes	208.450	(174.663)
Total do Resultado Abrangente	485.140	(43.401)

Itaú Vida e Previdência S.A. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(Em milhares de reais)

					Reservas de	e Lucros			
	Nota	Capital Social	Aumento de Capital em Aprovação	Reservas de Capital	Legal	Estatutária	Outros Resultados Abrangentes	Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 01/01/2022		2.091.000	300.000	309.351	232.769	1.055.793	(212.093)	-	3.776.820
Aumento de Capital - AGO/E de 12/01/2022		300.000	(300.000)	-	-	-	-	-	-
Total do Resultado Abrangente		-	-	-	-	-	(174.663)	131.262	(43.401)
Lucro Líquido / (Prejuízo)		=	-	=	-	-	=	131.262	131.262
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		=	-	=	-	-	(174.663)	-	(174.663)
Destinações									
Reservas		=	-	=	6.563	124.699	=	(131.262)	-
Saldos em 30/06/2022	8	2.391.000	-	309.351	239.332	1.180.492	(386.756)	-	3.733.419
Mutações do Período		300.000	(300.000)	-	6.563	124.699	(174.663)		(43.401)
Saldos em 01/01/2023		2.391.000	-	309.351	254.030	1.455.716	(517.862)		3.892.235
Total do Resultado Abrangente		=	-	=	-	-	208.450	276.690	485.140
Lucro Líquido / (Prejuízo)		-	-	-	-	-	-	276.690	276.690
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		-	-	-	-	-	208.450	-	208.450
Destinações									
Reservas		=	-	=	13.834	262.856	=	(276.690)	-
Saldos em 30/06/2023	8	2.391.000	-	309.351	267.864	1.718.572	(309.412)	-	4.377.375
Mutações do Período		-	-	-	13.834	262.856	208.450		485.140

Itaú Vida e Previdência S.A. Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Em milhares de reais)

	Nota	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
Lucro Líquido / (Prejuízo) Ajustado		315.527	120.570
Lucro Líquido / (Prejuízo)		276.690	131.262
Ajustes para:		38.837	(10.692)
Depreciações e Amortizações		19	19
Receita de Atualização / Encargos de Depósitos em Garantia		(1.067)	(2.221)
Despesa de Atualização / Encargos de Provisões		1.157	741
Constituição / (Reversão) de Provisões para Contingências		1.030	3.953
Resultado de Equivalência Patrimonial		4.821	(9.131)
Tributos Diferidos		32.877	(4.053)
Variação nas Contas Patrimoniais		(347.431)	(33.153)
Ativos Financeiros		(16.287.491)	(6.234.171)
Créditos das Operações de Seguros e Resseguros		4.421	(10.683)
Ativos de Resseguros e Retrocessão		(4.324)	(16.889)
Depósitos Judiciais e Fiscais		1.617	1.811
Despesas Antecipadas		5.308	3.019
Outros Ativos		(49.908)	(186.072)
Outras Contas a Pagar		305.816	65.592
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros		(11.057)	(4.513)
Depósitos de Terceiros		(40.088)	38.470
Provisões Técnicas - Seguros e Previdência		15.730.668	6.313.710
Outros Passivos		(2.393)	(3.427)
Caixa Gerado / (Consumido) pelas Operações		(31.904)	87.417
Imposto sobre o Lucro Pagos		(171.126)	(71.890)
Caixa Líquido Gerado / (Consumido) nas Atividades Operacionais		(203.030)	15.527
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(4.040)	(140.000)
Caixa Líquido Gerado / (Consumido) nas Atividades de Financiamento		(4.040)	(140.000)
Aumento / (Redução) Líquido(a) de Caixa e Equivalentes de Caixa	2d II	(207.070)	(124.473)
Caixa e equivalente de caixa no início do período		260.657	155.282
Caixa e equivalente de caixa no final do período		53.587	30.809

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 30/06/2023 e 31/12/2022 para Contas Patrimoniais e de 01/01 a 30/06 de 2023 e 2022 para Resultado

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Nota 1 - Contexto Operacional

A Itaú Vida e Previdência S.A. (ITAÚ VIDA ou empresa) é uma empresa do Conglomerado Financeiro Itaú Unibanco, com atuação em todas as regiões do país e está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar seguros dos ramos de pessoas e planos de previdência privada, conforme definido na legislação vigente.

O principal acionista da ITAÚ VIDA é a Itauseg Participações S.A. com participação de 100,00%, empresa participante do Conglomerado Itaú Unibanco.

As operações da ITAÚ VIDA são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Itaú Unibanco Holding S.A. (ITAÚ UNIBANCO HOLDING). Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos.

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 28 de agosto de 2023.

Nota 2 - Políticas Contábeis Significativas

a) Base de Preparação

As Demonstrações Financeiras da empresa foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades reguladas pela SUSEP, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board - IASB, na forma homologada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, no que não contrariem a Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores. As informações nas demonstrações financeiras e nas correspondentes notas explicativas evidenciam todas as informações relevantes inerentes às demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Conforme determina a Circular nº 648/2021 e alterações posteriores, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação (Notas 2d III, 3a) são apresentados no Balanço Patrimonial, no Ativo Circulante, independentemente de suas datas de vencimento.

b) Novos Pronunciamentos, Alterações e Interpretações de Pronunciamentos Existentes

I - Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis para o Período Findo em 30 de junho de 2023

• Circular SUSEP nº 678/2022 - Altera a Circular SUSEP nº 648/2021 e Resolução CNSP nº 448/2022 - Altera a Resolução CNSP nº 432/2021, a partir de 02/01/2023, permitindo a utilização dos valores pendentes de liquidação relacionados à conversão em cotas de fundos de investimentos como ativos redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas. As alterações não trazem impactos em resultado ou patrimônio líquido.

II - Pronunciamentos Contábeis Emitidos Recentemente e Aplicáveis em Períodos Futuros

- Circular SUSEP nº 678/2022 Altera a Circular SUSEP nº 648/2021a partir de 02/01/2024, aprovando o CPC 48 Instrumentos Financeiros e alterando, principalmente, dispositivos relacionados as provisões técnicas e teste de adequação de passivos.
- Resolução CNSP nº 448/2022 Altera a Resolução CNSP nº 432/2021 a partir de 02/01/2024, alterando, principalmente, dispositivos relacionados as provisões técnicas.

Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor das normas.

c) Estimativas Contábeis Críticas e Julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos, passivos e passivos contingentes divulgados na data das Demonstrações Financeiras, devido às incertezas e ao alto nível de subjetividade envolvido no reconhecimento e mensuração de

determinados itens. As estimativas e julgamentos que apresentam risco significativo e podem ter impacto relevante nos valores de ativos e passivos são divulgados a seguir. Os resultados reais podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e julgamentos.

I - Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação baseadas em premissas, que levam em consideração informações e condições de mercado. As principais premissas são: dados históricos, informações de transações similares e técnicas de precificação. Para instrumentos mais complexos ou sem liquidez, é necessário um julgamento significativo para determinar o modelo utilizado mediante seleção de inputs específicos e em alguns casos, são aplicados ajustes de avaliação ao valor do modelo ou preço cotado para instrumentos financeiros que não são negociados ativamente.

II - Provisões Técnicas

As provisões técnicas são passivos decorrentes de obrigações da empresa para com os seus segurados e participantes. Essas obrigações podem ter uma natureza de curta duração (seguros de danos) ou de média ou de longa duração (seguros de vida e previdência).

A determinação do valor do passivo atuarial depende de inúmeras incertezas inerentes às coberturas dos contratos de seguros e previdência, tais como premissas de persistência, mortalidade, invalidez, longevidade, morbidade, despesas, frequência de sinistros, severidade, conversão em renda, resgates e rentabilidade sobre ativos.

As estimativas dessas premissas baseiam-se na experiência histórica da empresa, em avaliações comparativas e na experiência do atuário, e buscam convergência às melhores práticas do mercado e objetivam a revisão contínua do passivo atuarial. Ajustes resultantes dessas melhorias contínuas, quando necessárias, são reconhecidos no resultado do respectivo período.

III - Provisões, Contingências e Obrigações Legais

As provisões, contingências e obrigações legais são revisadas periodicamente e são avaliadas com base nas melhores estimativas da administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

d) Resumo das Principais Políticas Contábeis

I - Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Financeiras da empresa estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação.

II - Caixa e Equivalentes de Caixa

É definido como caixa e contas correntes em bancos e investimentos com prazo original igual ou inferior a 90 dias, considerados no Balanço Patrimonial na rubrica Disponível - Caixa e Bancos.

III - Aplicações, Ativos e Passivos Financeiros

Todos os ativos e passivos financeiros devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou os passivos financeiros foram assumidos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial

As compras e as vendas regulares de ativos e passivos financeiros são reconhecidas e baixadas, respectivamente, na data de negociação.

III.I - Ativos Financeiros Mantidos para Negociação

Ativos Financeiros adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, avaliados pelo valor justo em contrapartida ao resultado do período.

III.II - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

Ativos Financeiros que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, avaliados pelo valor justo em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido.

Os ganhos e perdas de Ativos Financeiros, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na Demonstração do Resultado, em contrapartida de conta específica do Patrimônio Líquido.

III.III - Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento

Ativos Financeiros, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira da instituição para sua manutenção em carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição ou pelo valor justo quando da transferência de outra categoria. Os títulos são atualizados até a data de vencimento, não sendo avaliados pelo valor justo.

Os declínios no valor justo dos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e dos Mantidos até o Vencimento, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

III.IV - Empréstimos e Recebíveis

A empresa classifica como Empréstimos e Recebíveis as seguintes rubricas do Balanço Patrimonial: Crédito das Operações com Seguros e Resseguros e Títulos e Créditos a Receber.

As receitas de juros são reconhecidas na Demonstração do Resultado na rubrica Resultado Financeiro.

III.V - Passivos Financeiros ao Custo Amortizado

Os Passivos Financeiros que não são classificados como a valor justo através do resultado estão classificados nesta categoria e inicialmente são reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. A despesa de juros é apresentada na Demonstração do Resultado em Resultado Financeiro.

Valor Justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

A hierarquia de valor justo é classificada conforme a relevância dos dados observados no processo de mensuração. Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo para ativos financeiros estão definidos abaixo:

Nível 1: Títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços disponíveis em um mercado ativo.

Nível 2: Quando as informações de apreçamento não estiverem disponíveis para um título ou valor mobiliário específico, a avaliação geralmente se baseia em preços cotados do mercado de instrumentos semelhantes, informações de apreçamento obtidas por meio dos serviços de apreçamento, como Bloomberg, Reuters e corretoras (somente quando representam transações efetivas) ou fluxos de caixa descontados, que usam as informações derivadas de ativos ativamente negociados em um mercado ativo.

Nível 3: Quando não houver informações de apreçamento em um mercado ativo, utilizam-se modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo proprietário.

IV - Imposto de Renda e Contribuição Social

Existem dois componentes na provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável.

O componente diferido, representado pelos ativos fiscais diferidos e as obrigações fiscais diferidas, é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos no final de cada período.

V - Contratos de Seguros

Contrato de seguro é um contrato em que o emissor aceita um risco de seguro significativo da contraparte concordando em compensá-lo se um evento futuro incerto específico afetá-lo adversamente.

Os contratos de investimento com características de participação discricionária são instrumentos financeiros, tratados como contratos de seguro, conforme previsto pelo CPC 11, assim como aqueles que transferem risco financeiro significativo.

Uma vez que o contrato é classificado como um contrato de seguro, ele permanece como tal até o final de sua vida mesmo que o risco de seguro se reduza significativamente durante esse período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados.

Uma descrição detalhada dos produtos classificados como contratos de seguros pode ser encontrada na Nota 4.

Prêmios de Seguros

Os prêmios de seguros são contabilizados pela emissão da apólice ou no decorrer do período de vigência dos contratos na proporção do valor de proteção de seguro fornecido.

Se há evidência de perda por redução ao valor recuperável relacionada aos recebíveis de prêmios de seguros, a empresa constitui uma provisão suficiente para cobrir tal perda, com base na análise dos riscos de realização dos prêmios a receber com parcelas vencidas há mais de 60 dias.

Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado, no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros.

Resseguros

No curso normal dos negócios, a empresa ressegura uma parcela dos riscos subscritos, particularmente, riscos de propriedades e de acidentes que excedam os limites máximos de responsabilidade, que entende serem apropriados para cada segmento e produto, e estão em conformidade com os limites operacionais estabelecidos pelo órgão regulador. Esses contratos permitem a recuperação de uma parcela dos prejuízos com o ressegurador.

Se há evidência de perda pelo valor recuperável relacionado aos ativos de resseguro, a empresa constituí redução ao valor recuperável quando o período de inadimplência superar 180 dias, a partir do registro de crédito referentes à restituição de sinistros pagos.

Custos de Aquisição

Os custos de aquisição incluem os custos diretos e indiretos relacionados à originação de seguros. Estes custos são lançados diretamente no resultado quando incorridos, com exceção dos custos de aquisição diferidos (comissões pagas aos corretores, agenciamento e angariação), que são lançados proporcionalmente ao reconhecimento das receitas com prêmios, ou seja, pelo prazo correspondente ao contrato de seguro.

Passivos de Contratos de Seguros

As reservas para sinistros são estabelecidas com base na experiência histórica, sinistros em processo de pagamento, valores projetados de sinistros incorridos, mas ainda não reportados e outros fatores relevantes aos níveis exigidos de reservas.

Derivativos Embutidos

Não há derivativos embutidos em nossos contratos de seguros que devam ser separados ou mensurados a valor justo.

Teste de Adequação do Passivo

A empresa realiza o teste de adequação dos passivos utilizando premissas atuariais correntes do fluxo de caixa futuro de todos os contratos de seguro em aberto na data de balanço.

Caso a análise demonstre insuficiência, qualquer deficiência identificada será contabilizada no resultado do período.

Os pressupostos utilizados para realizar o teste de adequação de passivo estão detalhados na Nota 4.

VI - Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

Ativos contingentes e passivos contingentes são possíveis direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras, exceto quando a Administração da empresa entender que sua realização for praticamente certa, e geralmente correspondem a ações com decisões

favoráveis em julgamento final e inapelável e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração e são classificadas como:

- Prováveis: para as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Outros
 Débitos Provisões Judiciais.
- **Possíveis:** as quais são divulgadas nas Demonstrações Financeiras, não sendo nenhuma provisão registrada.
 - Remotas: as quais não requerem provisão e nem divulgação.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

VII - Lucro por Ação

O lucro por ação é calculado pela divisão do Lucro Líquido atribuído aos controladores da empresa pelo número de ações ordinárias em circulação em cada exercício. Não há fatores de diluição, o lucro básico e o lucro diluído são o mesmo.

VIII - Receitas

As receitas de prêmio dos contratos de seguros são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices por meio da constituição/reversão da Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG. As contribuições recebidas de participantes de planos de previdência privada são reconhecidas no resultado do exercício, quando efetivamente recebidas pela empresa. O Imposto sobre Operações Financeiras - IOF a recolher, incidente sobre os prêmios a receber, é registrado no passivo e é recolhido simultaneamente ao prêmio.

Nota 3 - Aplicações

As operações realizadas entre partes relacionadas estão detalhadas na Nota 9a.

a) Ativos Financeiros Mantidos para Negociação

Os Ativos Financeiros Mantidos para Negociação contabilizados pelo seu Valor Justo são apresentados na tabela a seguir:

	Taxa Média a.a.	30/06/2023	31/12/2022
Fundos de Investimentos		234.820.087	220.047.831
Ações		6.831.381	5.472.839
Certificados de Recebíveis do Agronegócio		247.544	394.153
Certificados de Recebíveis Imobiliários		525.966	373.988
Certificados de Depósito Bancário		232.947	272.757
Compromissadas		28.375.092	30.812.259
Contas a Receber / (Pagar)		122.467	570.430
Debêntures		29.827.679	24.563.252
Derivativos		166.730	77.016
Cotas de Fundos de Investimentos		10.067.086	16.580.199
Letras Financeiras		17.749.593	17.061.363
Letras Financeiras do Tesouro		79.430.986	58.710.492
Letras do Tesouro Nacional		30.259.730	30.823.607
Notas de Crédito		1.890.250	2.505.591
Notas do Tesouro Nacional		29.091.443	31.752.248
Depósito a Prazo com Garantia Especial		1.193	77.637
Títulos de Empresas		591.426	1.063.979
Ações		180.035	379.440
Certificados de Recebíveis Imobiliários		-	58
Debêntures	CDI +1.59% / IPCA +6.62%	383.788	437.357
Letras Financeiras		-	221.326
Notas de Crédito	CDI +1.25%	27.603	25.798
Total		235.411.513	221.111.810
Circulante		235.411.513	221.111.810
Não Circulante			

b) Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

O valor justo e o custo ou custo amortizado correspondente aos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda são apresentados na tabela a seguir.

	_	30/06/2023			31/12/2022			
	Taxa Média a.a.	Custo	Ajustes ao Valor Justo (no Patrimônio Líquido)	Valor Justo	Custo	Ajustes ao Valor Justo (no Patrimônio Líquido)	Valor Justo	
Títulos Públicos		7.885.912	(225.112)	7.660.800	6.115.586	(558.106)	5.557.480	
Notas do Tesouro Nacional	12.0% IGPM/6.0% IPCA/10.0% PRE	7.885.912	(225.112)	7.660.800	6.115.586	(558.106)	5.557.480	
Total		7.885.912	(225.112)	7.660.800	6.115.586	(558.106)	5.557.480	
Circulante				-			111.686	
Não Circulante				7.660.800			5.445.794	

c) Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento

O Custo Amortizado correspondente aos Ativos Mantidos até o Vencimento são apresentados na tabela a seguir:

	Taxa Média a.a.	30/06/2023	31/12/2022
Títulos Públicos		5.343.580	5.069.849
Notas do Tesouro Nacional	IGPM +12.0% / IPCA +6.0%	5.343.580	5.069.849
Fundos de Investimentos		873.645	921.170
Notas do Tesouro Nacional		873.645	921.170
Total		6.217.225	5.991.019
Circulante		-	-
Não Circulante		6.217.225	5.991.019

Os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento, se avaliados a valor justo, apresentariam em 30/06/2023 um ajuste ao valor justo não contabilizado no valor de R\$ 475.800 (R\$ 392.037 em 31/12/2022).

d) Movimentação das Aplicações

		30/06/2023					
	Mantido para Negociação	Disponível para Venda	Mantidos até o Vencimento	Total	Total		
Saldo Inicial - 01/01	221.111.810	5.557.480	5.991.019	232.660.309	213.124.736		
Aplicações	41.581.148	1.890.618	349.614	43.821.380	85.646.656		
Resgate de Principal	(41.079.935)	(332.513)	(240.412)	(41.652.860)	(88.210.127)		
Resultado Financeiro	13.798.490	212.221	117.004	14.127.715	22.307.728		
Ajustes ao Valor Justo (no Patrimônio Líquido)	-	332.994	-	332.994	(208.684)		
Saldo Final	235.411.513	7.660.800	6.217.225	249.289.538	232.660.309		

e) Distribuição dos Níveis

A tabela a seguir apresenta a abertura dos níveis de hierarquia do Valor Justo.

		30/06/2023				31/12/2022			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	
Mantidos para Negociação	495.297	234.892.500	23.716	235.411.513	733.694	220.378.116	-	221.111.810	
Fundos de Investimentos	-	234.820.087	-	234.820.087	-	220.047.831	-	220.047.831	
Títulos de Empresas	495.297	72.413	23.716	591.426	733.694	330.285	-	1.063.979	
Disponíveis para Venda	7.660.800	-	-	7.660.800	5.557.480	-	-	5.557.480	
Títulos Públicos	7.660.800	-	-	7.660.800	5.557.480	-	-	5.557.480	

f) Exposição Máxima dos Ativos Financeiros

O quadro abaixo apresenta a carteira dos ativos financeiros classificados por nível de risco em:

Classificação Interna ⁽¹⁾		30/06/2023				31/12/2022				
	Mantidos para Negociação	Disponíveis para Venda	Mantidos até o Vencimento	Total	Mantidos para Negociação	Disponíveis para Venda	Mantidos até o Vencimento	Total		
Baixo	235.365.730	7.660.800	6.217.225	249.243.755	221.066.160	5.557.480	5.991.019	232.614.659		
Médio	23.017	-	-	23.017	41.165	-	-	41.165		
Alto	22.766	-	-	22.766	4.485	-	-	4.485		
Total	235.411.513	7.660.800	6.217.225	249.289.538	221.111.810	5.557.480	5.991.019	232.660.309		
%	94,4%	3,1%	2,5%	100,0%	95,0%	2,4%	2,6%	100,0%		

¹⁾ Demonstra correspondência entre os níveis atribuídos pelos modelos internos do grupo e a probabilidade de inadimplência (PD): (a) baixo PD menor ou igual a 4,44%, (b) médio PD maior que 4,44% e menor ou igual a 25,95% e (c) alto PD maior que 25,95%.

Nota 4 - Contratos das Operações

A empresa oferece ao mercado os produtos de seguros, vida individual e vida com cobertura de sobrevivência com a finalidade de assumir riscos e restabelecer o equilíbrio econômico do patrimônio afetado do segurado. Os produtos são ofertados por meio das corretoras de seguros (de mercado e cativas), nos canais eletrônicos e agências do Itaú Unibanco, conforme exigências regulatórias, emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

a) Seguros

Contrato firmado entre partes visando proteger os bens do cliente, que mediante o pagamento de prêmio, fica protegido por meio de reposição ou reparação financeira predeterminadas, de danos que venham causar desestabilização patrimonial ou pessoal. Em contraparte, a empresa, constitui provisões técnicas, por meio de áreas especializadas dentro do conglomerado, com o objetivo de reparar a perda do segurado em caso de ocorrência de sinistros dos riscos previstos.

Os riscos de seguros comercializados pela empresa se dividem em seguros elementares e seguros de vida:

- Seguros Elementares: garantem as perdas, danos ou responsabilidades sobre objetos ou pessoas, excluída desta classificação os seguros do ramo vida.
 - Seguros de Vida: incluem cobertura contra risco de morte e acidentes pessoais.

b) Vida Individual e Vida com Cobertura de Sobrevivência

• Desenvolvido como uma solução para assegurar a manutenção da qualidade de vida dos participantes, através de investimentos feitos a longo prazo, cujo produto é denominado VGBL.

c) Previdência Privada

Desenvolvido para assegurar a manutenção da qualidade de vida dos participantes, complementando os rendimentos proporcionados pela Previdência Social, por meio de investimentos feitos a longo prazo, os produtos de Previdência Privada subdividem-se essencialmente em três grandes grupos:

- PGBL Plano Gerador de Benefícios Livres: Tem como principal objetivo a acumulação, mas pode ser contratado com coberturas adicionais de risco. Indicado para clientes que apresentam declaração completa de IR, pois podem deduzir as contribuições feitas da base de cálculo do IR até 12% da renda bruta tributável anual.
- VGBL Vida Gerador de Benefícios Livres: É um seguro estruturado na forma de plano de previdência. A sua forma de tributação difere do PGBL, neste caso, a base de cálculo são os rendimentos auferidos.
- FGB Fundo Gerador de Benefícios: Plano de previdência com garantia mínima de rentabilidade e possibilidade de ganho pela performance do ativo. Apesar de existirem planos ativos, não são mais comercializados.

d) Divulgação das tábuas, taxas de carregamento e taxas de juros dos principais produtos comercializados

A empresa comercializa produtos de previdência complementar empresariais, na modalidade de PGBL e VGBL (seguro de vida com cobertura por sobrevivência) e em 2011 iniciou a comercialização de produtos atrelados à tábua de sobrevivência brasileira BR-EMS com 0% de garantia de juros na fase de concessão do benefício e atualização anual do benefício pelo IPCA.

Os principais produtos de seguros comercializados estão atrelados à tábua atuarial AT 83 e intervalo de carregamento de 17% a 24%.

e) Provisões Técnicas

- Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG) constituída com base nos prêmios de seguros, para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer. No cálculo, considera-se o prazo a decorrer tanto dos riscos assumidos e emitidos quanto dos riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE) nas apólices ou endossos dos contratos vigentes, pelo critério *pro rata die*.
- Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros avisados e não pagos, incluindo os sinistros administrativos e judiciais. Abrange valores relativos às indenizações, pecúlios e rendas vencidas, todos brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro, quando aplicável. Quando necessário, deve contemplar ajustes de IBNER (sinistros ocorridos e não suficientemente avisados) para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo de regulação até a sua liquidação final.

- Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR) constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data-base de cálculo, incluindo os sinistros administrativos e judiciais. Abrange valores relativos a indenizações, pecúlios e rendas, todos brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro, quando aplicável. A metodologia de cálculo é realizada através de técnicas estatísticas e atuariais como pela aplicação de triângulos de *run-off*, com base no comportamento histórico observado.
- Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC) constituída para a cobertura dos compromissos assumidos com os participantes ou segurados, com base nas premissas determinadas no contrato, enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício e/ou da indenização.
- Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) constituída para a cobertura dos compromissos de pagamento de indenizações e/ou benefícios assumidos com os participantes ou segurados, com base nas premissas determinadas no contrato, depois de ocorrido o evento.
- Provisão de Excedentes Financeiros (PEF) constituída para a garantia dos valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit financeiro, quando previsto em contrato. Corresponde ao resultado financeiro excedente à rentabilidade mínima garantida no produto.
- Provisão Complementar de Cobertura (PCC) constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme apurado no Teste de Adequação de Passivos, de acordo com as determinações especificadas na regulamentação em vigor.
- Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR) constituída para cobertura dos valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios ou fundos, às portabilidades solicitadas e, por qualquer motivo, ainda não transferidos para a sociedade seguradora ou entidade aberta de previdência complementar receptora e aos prêmios recebidos e não cotizados.
- Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a benefícios e indenizações, em função de eventos ocorridos e a ocorrer.
- Provisão de Excedentes Técnicos (PET) constituída para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnicos na operacionalização de seus contratos, caso haja sua previsão contratual, conforme regulamentação em vigor.

f) Principais informações relativas às operações

I - Prêmios a Receber e Redução ao Valor Recuperável, considerando os Prazos Médios de Vencimento

	Vince	ndos	Venc	idos	Redução ao Valo	r Recuperável	To	tal
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
de 1 a 30 dias	51.382	53.404	1.643	4.823	(1.134)	(1.042)	51.891	57.185
de 31 a 60 dias	47.123	51.280	600	539	(387)	(326)	47.336	51.493
de 61 a 120 dias	75.050	74.235	318	243	(851)	(687)	74.517	73.791
de 121 a 180 dias	62.481	64.116	90	62	(571)	(481)	62.000	63.697
de 181 a 365 dias	85.531	76.336	96	78	(833)	(613)	84.794	75.801
superior a 365 dias	160	83	411	365	(411)	(365)	160	83
Total	321.727	319.454	3.158	6.110	(4.187)	(3.514)	320.698	322.050

Critérios de Parcelamento

A Seguradora utiliza como prazo médio de parcelamento na comercialização os seguintes critérios:

Seguro de Pessoas

Seguros dos ramos de Vida e Acidentes Pessoais direcionados a Pessoas Físicas ou Jurídicas com pagamento de prêmio único ou prêmio mensal.

II - Prêmios a Receber - Movimentação

	30/06/2023	31/12/2022
Saldo Inicial - 01/01	322.050	334.221
Prêmios Emitidos Líquidos (1)	305.198	633.489
Recebimentos	(306.331)	(645.750)
Redução ao Valor Recuperável ((Constituição) / Reversão)	(673)	(222)
Prêmios-Riscos Vigentes não Emitidos (1)	454	312
Saldo Final	320.698	322.050

¹⁾ Valores correspondentes a rubrica Prêmios Emitidos da Demonstração do Resultado.

III - Saldo das Provisões Técnicas

		30/06/2023		31/12/2022			
	Seguros (1)	Previdência	Total	Seguros ⁽¹⁾	Previdência	Total	
Prêmios não Ganhos (PPNG)	341.104	11.299	352.403	341.418	11.919	353.337	
Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC) e Concedidos (PMBC)	1.518	244.024.661	244.026.179	1.761	228.471.029	228.472.790	
Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)	-	496.159	496.159	-	394.285	394.285	
Excedente Financeiro (PEF)	-	789.686	789.686	-	728.962	728.962	
Sinistros a Liquidar (PSL)	110.298	78.095	188.393	108.738	73.886	182.624	
Sinistros / Eventos Ocorridos e não Avisados (IBNR)	83.459	25.932	109.391	74.487	25.932	100.419	
Despesas Relacionadas (PDR)	4.479	49.986	54.465	5.075	48.516	53.591	
Total	540.858	245.475.818	246.016.676	531.479	229.754.529	230.286.008	
Circulante			1.202.169			1.085.927	
Não Circulante			244.814.507			229.200.081	

¹⁾ Não contempla as provisões técnicas de seguros de vida com cobertura por sobrevivência, que são alocadas na coluna de previdência.

IV - Movimentação das Provisões Técnicas

		30/06/2023		31/12/2022			
	Seguros (1)	Previdência	Total	Seguros ⁽¹⁾	Previdência	Total	
Saldo Inicial - 01/01	531.479	229.754.529	230.286.008	544.360	210.106.264	210.650.624	
(+) Adições decorrentes de prêmios / contribuições	305.652	7.032.330	7.337.982	633.801	11.573.073	12.206.874	
(-) Diferimento pelo risco decorrido	(305.924)	-	(305.924)	(646.420)	-	(646.420)	
(-) Pagamento de sinistros / benefícios	(112.874)	(221.900)	(334.774)	(251.696)	(461.548)	(713.244)	
(+) Sinistros avisados	109.348	-	109.348	239.738	-	239.738	
(-) Resgates	-	(7.803.582)	(7.803.582)	-	(15.096.477)	(15.096.477)	
(+/-) Portabilidades líquidas	-	2.833.154	2.833.154	-	1.986.207	1.986.207	
(+) Atualização das provisões e excedente financeiro	4.826	13.758.706	13.763.532	6.729	21.552.800	21.559.529	
(+/-) Outras (Constituição / (Reversão))	8.351	122.581	130.932	4.967	94.210	99.177	
Saldo Final	540.858	245.475.818	246.016.676	531.479	229.754.529	230.286.008	

¹⁾ Não contempla as provisões técnicas de seguros de vida com cobertura por sobrevivência, que são alocadas na coluna de previdência.

V - Ativos Garantidores em Cobertura das Provisões Técnicas

Os valores dos bens e direitos vinculados à SUSEP em cobertura das provisões técnicas estão demonstrados no quadro abaixo:

	30/06/2023	31/12/2022
Total das Provisões Técnicas	246.016.676	230.286.008
(-) Direitos Creditórios (1)	(261.091)	(297.975)
(-) Valores em Trânsito	(235.824)	-
(-) Resseguros (2)	(15.090)	(7.313)
Montante a ser Garantido	245.504.671	229.980.720
Títulos Públicos	10.244.154	10.624.741
Fundos de Investimentos	235.378.645	219.007.332
Títulos de Empresas	591.210	1.048.864
Garantias das Provisões Técnicas	246.214.009	230.680.937
Cobertura Excedente	709.338	700.217

¹⁾ Apurado com base na rubrica Prêmios a Receber, líquido das parcelas cedidas em cosseguros e resseguros, quando aplicável.

VI - Índices

	Comercializ	Comercialização % ⁽¹⁾			
Principais Ramos de Seguros	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022	
Acidentes Pessoais Coletivo	16,9%	17,9%	15,6%	19,7%	
Doenças Graves ou Terminais	26,5%	26,4%	26,2%	29,5%	
Vida em Grupo	18,2%	19,4%	44,8%	49,3%	

¹⁾ O sinistro e comercialização utilizados como base de cálculo estão líquidos de resseguro e calculados sobre prêmios ganhos líquidos de resseguros.

VII - Depósitos de Terceiros

Correspondem basicamente a cobrança antecipada de prêmios, prêmios e emolumentos a receber e outros depósitos com vencimento até 365 dias.

g) Custos de Aquisição Diferidos

Ramo	30/06/2023	31/12/2022
Vida em Grupo	41.432	42.636
Acidentes Pessoais Coletivo	10.522	11.190
Demais Ramos	9.406	10.375
Total	61.360	64.201
Circulante	61.329	64.182
Não Circulante	31	19
Saldo Inicial - 01/01	64.201	70.633
Constituições	53.730	118.492
Amortizações	(56.571)	(124.924)
Saldo Final	61.360	64.201

Os custos de aquisição diferidos de resseguros estão demonstrados na rubrica do Balanço Patrimonial Ativos de Resseguros e Retrocessão.

²⁾ Conforme legislação em vigor as sociedades seguradoras podem deduzir do total das provisões técnicas constituídas as parcelas de prêmios e de sinistros transferidas a terceiros em operações de resseguros e retrocessão, como também, os custos de aquisição diferidos.

h) Tabela de Desenvolvimento de Sinistros

I - Bruto de Resseguro

Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	188.393
(-) IBNER	44.400
(-) Retrocessão e Outras Estimativas	4.469
Total Apresentado na Tabela de Desenvolvimento de Sinistros (la + lb)	139.524

Mudanças podem ocorrer no montante de obrigações da empresa. A tabela a seguir demonstra este desenvolvimento pelo método dos sinistros ocorridos. A parte superior da tabela ilustra como a estimativa do sinistro se desenvolve através do tempo e a parte inferior reconcilia os valores pendentes de pagamento contra o valor do passivo divulgado no balanço.

la - Sinistros administrativos - bruto de resseguro

Data de Cadastro	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2023	Total
No Final do Período de Divulgação	204.548	213.147	317.591	286.558	238.484	
1 Ano Depois	204.990	209.196	308.418	271.531		
2 Anos Depois	205.688	211.964	309.280			
3 Anos Depois	207.041	212.786				
4 Anos Depois	207.136					
Estimativa Corrente	207.136	212.786	309.280	271.531	238.484	
Pagamentos Acumulados até a Data-Base	200.752	206.101	298.571	264.445	216.798	1.186.667
Passivo Reconhecido no Balanço	6.384	6.685	10.709	7.086	21.686	52.550
Passivo em Relação aos Períodos Anteriores						37.781
Total de Sinistros Administrativos						90.331

Ib - Sinistros judiciais - bruto de resseguro

Data de Cadastro	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2023	Total
No Final do Período de Divulgação	3.112	2.318	3.392	1.206	2.240	
1 Ano Depois	6.429	5.602	5.710	14.698		
2 Anos Depois	8.698	6.978	6.863			
3 Anos Depois	10.349	7.996				
4 Anos Depois	11.456					
Estimativa Corrente	11.456	7.996	6.863	14.698	2.240	
Pagamentos Acumulados até a Data-Base	9.584	3.979	3.812	(501)	287	17.161
Passivo Reconhecido no Balanço	1.872	4.017	3.051	15.199	1.953	26.092
Passivo em Relação aos Períodos Anteriores						23.101
Total de Sinistros Judiciais						49.193

II - Líquido de resseguro

Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	188.393
(-) IBNER	44.400
(-) Resseguros	12.821
(-) Retrocessão e Outras Estimativas	4.469
Total Apresentado na Tabela de Desenvolvimento de Sinistros (IIa + IIb)	126.703

Ila - Sinistros administrativos - Iíquido de resseguro

Data de Cadastro	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2023	Total
No Final do Período de Divulgação	203.754	212.588	315.812	275.226	238.079	
1 Ano Depois	204.410	208.743	308.039	270.745		
2 Anos Depois	205.627	211.511	308.901			
3 Anos Depois	206.981	212.333				
4 Anos Depois	207.076					
Estimativa Corrente	207.076	212.333	308.901	270.745	238.079	
Pagamentos Acumulados até a Data-Base	200.692	205.648	298.192	263.659	216.393	1.184.584
Passivo Reconhecido no Balanço	6.384	6.685	10.709	7.086	21.686	52.550
Passivo em Relação aos Períodos Anteriores						37.781
Total de Sinistros Administrativos						90.331

Ilb - Sinistros judiciais - líquido de resseguro

Data de Cadastro	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2023	Total
No Final do Período de Divulgação	2.942	2.318	3.392	1.191	2.240	
1 Ano Depois	6.259	5.426	5.668	4.284		
2 Anos Depois	8.528	6.802	6.821			
3 Anos Depois	10.179	7.820				
4 Anos Depois	11.286					
Estimativa Corrente	11.286	7.820	6.821	4.284	2.240	
Pagamentos Acumulados até a Data-Base	9.414	4.127	3.770	1.582	287	19.180
Passivo Reconhecido no Balanço	1.872	3.693	3.051	2.702	1.953	13.271
Passivo em Relação aos Períodos Anteriores						23.101
Total de Sinistros Judiciais						36.372

A abertura da tabela de desenvolvimento de sinistros entre administrativo e judicial evidencia a realocação dos sinistros administrativos até determinada data base em que se tornam judiciais, o que pode induzir a uma falsa impressão de necessidade de ajuste nas provisões em cada abertura

III - Sinistros a Liquidar - Judiciais

	Quantidade		Val	or
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Saldo Inicial - 01/01	1.211	1.326	36.167	34.802
Constituições	298	302	14.509	14.208
Baixa da provisão por êxito, alteração de estimativas ou probabilidades	(41)	(256)	(756)	(5.126)
Alteração da provisão por atualização monetária e juros	-	-	4.609	6.073
Pagamentos efetuados	(76)	(161)	(5.336)	(13.790)
Saldo Final	1.392	1.211	49.193	36.167

O valor de abertura do sinistro judicial refere-se ao valor contábil da data do registro de recebimento da ação baseado na estimativa de perda da seguradora na época, valores brutos de resseguros.

O prazo médio pendente de pagamento dos sinistros judiciais está relacionado ao prazo do desfecho do processo judicial.

i) Teste de Adequação de Passivo

A empresa realiza o Teste de Adequação de Passivos semestralmente, confrontando o valor contabilizado de suas provisões técnicas com a estimativa corrente do fluxo de caixa de suas obrigações futuras. Considerar na estimativa todos os fluxos de caixa relacionados ao negócio é o requisito mínimo para realização do teste de adequação.

O Teste de Adequação de Passivo não indicou insuficiência significativa em 30/06/2023 e 31/12/2022.

As premissas utilizadas no teste são revistas periodicamente e baseiam-se nas melhores práticas e na análise da experiência das subsidiárias, representando, desta forma, as melhores estimativas para as projeções dos fluxos de caixa.

Metodologia e Agrupamento do Teste

Especificamente para os produtos de seguros, os fluxos de caixa foram projetados utilizando o método conhecido como triângulo de *run-off* com periodicidade trimestral. Para os produtos de previdência, os fluxos de caixa da fase de diferimento e da fase de concessão são testados separadamente.

O critério de agrupamento de riscos aplicado considera grupos sujeitos a riscos similares e gerenciados em conjunto como uma única carteira.

Com relação aos fluxos de resseguro, quando aplicável, os mesmos são obtidos através de uma relação dos fluxos brutos de resseguro.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos, incluem:

- Tábuas Biométricas

As tábuas biométricas vêm a ser instrumentos para se medir o risco biométrico representado pela probabilidade de morte, sobrevivência ou invalidez de um participante.

Para as estimativas de morte e sobrevivência são utilizadas as tábuas BR-EMS vigentes, e para as estimativas de entrada em invalidez é utilizada a tábua Álvaro Vindas.

- Taxa de Juros Livre de Risco

A relevante estrutura a termo de taxa de juros livre de risco (ETTJ) vêm a ser um indicador do valor puro do dinheiro no tempo usado para precificar o conjunto dos fluxos de caixa projetados.

A ETTJ foi obtida da curva de títulos considerados sem risco de crédito disponíveis no mercado financeiro brasileiro divulgada pela SUSEP.

- Taxa de Conversão em Renda

A taxa de conversão em renda representa a expectativa de conversão dos saldos acumulados pelos participantes em benefício de aposentadoria. A decisão de conversão em renda por parte dos participantes é influenciada por fatores comportamentais, econômicos e tributários.

- Outras Premissas

Despesas relacionadas, sinistralidade, cancelamentos e resgates parciais, aportes e contribuições futuras, dentre outros, são premissas que impactam na estimativa de fluxos de caixa projetados à medida que representam despesas e receitas oriundas dos contratos de seguros assumidos.

j) Capital para a Atividade de Seguros

Patrimônio Líquido Ajustado (PLA), Capital Mínimo Requerido (CMR) e Índice de Liquidez

O quadro abaixo demonstra o cálculo da suficiência de capital, de acordo com as resoluções vigentes:

Patrimônio Líquido	4.377.375	3.892.235
(-) Participações Societárias	(336.758)	(338.172)
(-) Despesas Antecipadas	(2.138)	(7.446)
(-) Ativos fiscais diferidos de diferenças temporárias	(226.423)	(395.186)
(-) Ativos Intangíveis ⁽¹⁾	(154.674)	(154.674)
(-) Imóveis urbanos (e direitos de vendas)	(1.941)	(1.960)
(-) Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(11.276)	(12.574)
(-) Redução no TAP referente à diferença de marcação dos ativos vinculados	(195.183)	(170.846)
(+/-) Diferença entre valor de mercado e valor dos ativos financeiros mantidos até o vencimento	277.664	232.569
Patrimônio Líquido Ajustado - Nível 1 (a)	3.726.646	3.043.946
% Nível 1 sobre CMR	141,2%	121,7%
(+) Superávit de fluxos prêmios / contribuições não registrados apurado no TAP	64.394	146.116
(+) Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios / contribuições registradas	1.051.575	496.479
Patrimônio Líquido Ajustado - Nível 2 (b)	1.115.969	642.595
	111.597.000,0%	64.259.500,0%
% Nível 2 sobre CMR	42,3%	25,7%
(+) Ativos fiscais diferidos de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR	226.423	375.031
(+) Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado	1.941	1.960
Patrimônio Líquido Ajustado - Nível 3	228.364	376.991
(-) Ajuste de excesso de PLA Nível 3	-	(1.960)
Patrimônio Líquido Ajustado - Nível 3 após deduções (c)	228.364	375.031
% Nível 3 sobre CMR	8,7%	15,0%
(-) Excesso ao limite de 15% do CMR para cobertura por PLA de nível 3 (f)	-	(1.960)
(-) Excesso ao limite de 50% do CMR para cobertura pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3 (g)	(24.469)	-
Ajuste do excesso de Patrimônio Líquido Ajustado de Nível 2 e Nível 3 = menor valor entre (f) e (g)	(24.469)	(1.960)
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) = soma de (a), (b), (c)	5.046.510	4.061.572
Capital Base (d)	15.000	15.000
Capital Adicional de Risco de Subscrição	1.931.102	1.652.485
Capital Adicional de Risco de Crédito	125.859	158.490
Capital Adicional de Risco Operacional	196.813	184.228
Capital Adicional de Risco de Mercado	983.838	1.144.443
Benefício da Correlação entre Risco	(597.883)	(639.439)
Capital de Risco (e)	2.639.729	2.500.207
Capital Mínimo Requerido (CMR) = maior valor entre (d) e (e)	2.639.729	2.500.207
Suficiência de Capital (PLA - CMR)	2.406.781	1.561.365

¹⁾ A dedução dos ativos intangíveis considera o ágio por expectativa de rentabilidade futura, líquido da redução ao valor recuperável e das obrigações fiscais diferidas resultantes da diferença temporária associada.

Nota 5 - Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

A empresa, em decorrência do curso normal de suas atividades, poderá figurar como parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. As contingências relacionadas a esses processos são classificadas conforme a seguir:

a) Ativos Contingentes

Não existem ativos contingentes contabilizados.

b) Provisões e Contingências

I - Provisões Cíveis e Trabalhistas

	30/06/2023	31/12/2022	
Cíveis	13.867	13.908	
Trabalhistas	3.704	4.011	
Outros Riscos	306	307	
Total	17.877	18.226	
Depósitos em Garantia de Recursos	3.366	3.977	

No Balanço Patrimonial contempla Depósitos Judiciais de Sinistros no montante de R\$ 5.562 (R\$ 6.015 em 31/12/2022).

II - Provisões Fiscais e Previdenciárias

	30/06/2023	31/12/2022	
Obrigações Legais	7.046	6.921	
Ações Fiscais e Previdenciárias	17.060	17.042	
Total	24.106	23.963	
Depósitos em Garantia de Recursos	8.321	8.106	

III - Contingências não Provisionadas no Balanço

Os valores envolvidos em discussões administrativas e judiciais com risco estimado de perda possível não são objeto de provisão contábil e basicamente são compostas por:

Ações Cíveis e Trabalhistas

Nas Ações Cíveis de perda possível, o risco total estimado é de R\$ 39.760 (R\$ 35.833 em 31/12/2022).

Não existem Ações Trabalhistas de perda possível.

Ações Fiscais e Previdenciárias

As Ações Fiscais e Previdenciárias de perda possível totalizam R\$ 100.328 (R\$ 77.072 em 31/12/2022), sendo as principais discussões descritas a seguir:

- ISS Atividades Bancárias/Estabelecimento Prestador R\$ 61.898: discute-se a incidência e/ou local do recolhimento de ISS para determinadas receitas bancárias.
- IRJP e CSLL Glosa de Prejuízos R\$ 25.244: discute-se o montante do prejuízo fiscal (IRPJ) e/ou base negativa da CSLL utilizados pela Receita Federal na lavratura de autos de infração, que ainda estão pendentes de decisão definitiva.
- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS Indeferimento de Pedido de Compensação R\$ 6.641: casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado.

c) Garantias de Contingências

As garantias relativas às discussões judiciais que envolvem a empresa são compostas basicamente por valores que estão vinculados ou depositados no montante de R\$ 8.111 (R\$ 7.812 em 31/12/2022).

Nota 6 - Detalhamento de Contas

a) Sinistros Ocorridos

	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
Sinistros	(111.140)	(135.365)
Variação da Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados	(8.972)	(3.503)
Serviços de Assistência	(1.530)	(905)
Despesas com Benefícios	(41.773)	(33.392)
Total	(163.415)	(173.165)

b) Rendas com Taxas de Gestão e Outras Taxas

Refere-se basicamente a administração de fundos de investimentos e percentual incidente sobre as contribuições pagas pelo participante, para fazer face às despesas administrativas do plano.

c) Custos de Aquisição

	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
Comissão sobre Prêmios Emitidos	(44.174)	(51.176)
Corretagem e Agenciamento	(1.607)	(2.110)
Variação do Custo de Aquisição Diferido	(2.841)	357
Outros	(9.556)	(12.361)
Total	(58.178)	(65.290)

d) Despesas Administrativas

Referem-se basicamente a Convênio de Rateio de Custos Comuns (Nota 9a) R\$ (322.300) (R\$ (330.989) de 01/01 a 30/06/2022).

e) Resultado Financeiro

	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
Receitas Financeiras	14.394.591	9.663.115
Fundos de Investimentos	13.963.930	8.686.386
Títulos de Empresas	419.586	964.423
Outras	11.075	12.306
Despesas Financeiras	(13.957.323)	(9.517.682)
Atualização de Operações de Seguros e Previdência	(13.883.145)	(9.481.526)
Títulos de Empresas	(73.328)	(35.162)
Outras	(850)	(994)
Resultado Financeiro	437.268	145.433

Nota 7 - Tributos

A empresa apura separadamente, em cada exercício, o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Os tributos são calculados pelas alíquotas abaixo demonstradas e consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda	15,00%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	15,00%

a) Despesas com Impostos e Contribuições

Demonstração do cálculo com Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido:

Devidos sobre Operações do Período	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
Resultado Antes dos Impostos e Participações	458.452	205.072
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às Alíquotas Vigentes	(183.381)	(82.029)
Acréscimos / Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:		
Resultado Patrimonial	527	6.856
Outras Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	1.092	1.363
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(181.762)	(73.810)

b) Tributos Diferidos

I - O saldo de Ativos Fiscais Diferidos e sua movimentação estão representados por:

	Nota	31/12/2022	Realização / Reversão	Constituição	30/06/2023
Refletido no Resultado		55.132	(33.533)	1.465	23.064
Ajustes ao Valor Justo de Títulos para Negociação		31.873	(31.873)	-	-
Obrigações Legais		864	(1)	-	863
Provisões		17.175	(1.019)	910	17.066
Outras Provisões Indedutíveis		5.220	(640)	555	5.135
Refletido no Patrimônio Líquido		340.054	(136.695)	-	203.359
Ajustes ao Valor Justo de Títulos Disponíveis para Venda e Outros		340.054	(136.695)	-	203.359
Total (1)	7c	395.186	(170.228)	1.465	226.423

¹⁾ Apresentado no Balanço Patrimonial na rubrica Créditos Tributários e Previdenciários, no valor de R\$ 316.525 (R\$ 500.348 em 31/12/2022), e está representado por R\$ 226.423 (R\$ 395.186 em 31/12/2022) de Tributos Diferidos e R\$ 90.102 (R\$ 105.162 em 31/12/2022) referente a Tributos a Compensar.

II - O saldo de Obrigações Fiscais Diferidas e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2022	Realização / Reversão	Constituição	30/06/2023
Refletido no Resultado	109.540	-	809	110.349
Ativos Intangíveis	103.117	-	-	103.117
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Provisões	6.121	-	215	6.336
Outras	302	-	594	896
Total	109.540	-	809	110.349
Total Líquido	285.646	(170.228)	656	116.074

c) Estimativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos

A estimativa de realização e o valor presente dos Ativos Fiscais Diferidos são:

Ano de Realização	Diferenças Temporárias	%
2023	3.565	1,6%
2024	4.806	2,1%
2025	2.598	1,1%
2026	5.590	2,5%
2027	1.020	0,5%
2028 a 2030	30.901	13,6%
2031 a 2032	177.943	78,6%
Total	226.423	100,0%
Valor Presente (1)	166.881	

¹⁾ Para o ajuste a valor presente foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, basicamente ao volume de operações de seguros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

O Lucro Líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o Imposto de Renda e Contribuição Social em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, é recomendável que a evolução da realização dos créditos tributários apresentada acima não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

Nota 8 - Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por 1.094.526.547 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b) Dividendos

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos obrigatórios em cada exercício, correspondente a 1% do lucro líquido ajustado conforme disposto no Estatuto Social.

Remuneração aos Acionistas

	30/06/2023		30/06/2022			
Bruto	IRRF	Líquido	Bruto	IRRF	Líquido	
4.040	-	4.040	140.000	(21.000)	119.000	
4.040	-	4.040	=	-	-	
-	-	-	140.000	(21.000)	119.000	
	4.040	Bruto IRRF 4.040 -	Bruto IRRF Líquido 4.040 - 4.040 4.040 - 4.040	Bruto IRRF Líquido Bruto 4.040 - 4.040 140.000 4.040 - 4.040 -	Bruto IRRF Líquido Bruto IRRF 4.040 - 4.040 140.000 (21.000) 4.040 - 4.040 - -	

Os dividendos provisionados são registrados na rubrica Obrigações a Pagar, quando aplicável.

Nota 9 - Partes Relacionadas

a) Transações com Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas, são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade. As principais partes relacionadas são:

- Controladoras acionista direto: Itauseg Participações S.A. e os indiretos: Itaú Unibanco Holding S.A., sua respectiva agência em Cayman e a Itaúsa S.A.
- Empresas do Grupo as participações diretas da ITAÚ VIDA, além das demais empresas sob controle do Itaú Unibanco Holding S.A.
 - Fundos de Investimentos fundos sob controle do Itaú Unibanco Holding S.A.

	Ativos / (P	assivos)	Receitas / (Despesas)		
	30/06/2023	31/12/2022	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022	
Aplicações	3.395.232	4.664.603	179.976	368.446	
Empresas do Grupo	20.555	24.423	2.001	-	
Fundos de Investimentos	3.374.677	4.640.180	177.975	368.446	
Valores a Receber (Pagar) / Receitas de Prestação de Serviços, Despesas Administrativas e/ou Outras Operacionais	36.456	32.455	149.534	160.624	
Empresas do Grupo	32.166	32.455	149.534	160.624	
Fundos de Investimentos	4.290	-	-	-	
Aluguéis	-	-	1.794	1.706	
Empresas do Grupo	-	-	1.794	1.706	
Convênio de Rateio de Custos Comuns (Inclui atualização monetária registrada no Resultado Financeiro)	-	-	(322.375)	(331.628)	
Empresas do Grupo	-	-	(322.375)	(331.628)	

b) Remuneração do Pessoal Chave da Administração

As remunerações e benefícios atribuídos aos Administradores da empresa no período correspondem a:

	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
Honorários	=	(360)
Benefícios Pós-Emprego	-	(2)
Total	-	(362)

A partir de julho de 2022, os honorários atribuídos aos Administradores da empresa passaram a ser pagos pelo Conglomerado Itaú Unibanco.

Nota 10 - Gerenciamento de Risco

a) Estrutura de Gerenciamento, papéis e responsabilidades

Em linha com as boas práticas nacionais e internacionais e para garantir que os riscos oriundos dos produtos de seguros, previdência privada e capitalização sejam adequadamente identificados, mensurados, avaliados, reportados e aprovados nos fóruns pertinentes, a empresa possui estrutura de gerenciamento de riscos, análoga à estrutura utilizada pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING, cujas diretrizes são estabelecidas em normativo institucional, aprovado pelo seu Conselho de Administração, aplicável às empresas e subsidiárias expostas a esses riscos, no Brasil e exterior.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de comitês específicos, cuja atribuição é definir a administração dos recursos provenientes das Provisões Técnicas de Seguros, Previdência Privada e Capitalização, estabelecer diretrizes para administração destes recursos com objetivo de rentabilidade a longo prazo e definir modelos de avaliações, limites de risco e estratégias de alocação de recursos em ativos financeiros definidos. Tais foros são integrados não apenas por executivos e pelos responsáveis diretos pelo processo de gestão do negócio, mas igualmente por profissionais com funções de direção ou coordenação das áreas financeiras.

b) Riscos das Operações e Subscrição

A empresa oferta seus produtos aos clientes por distribuição *bancassurance* e distribuição direta. Os produtos de seguros de vida, acidentes pessoais são majoritariamente distribuídos pela operação *bancassurance*.

Os seguros de danos são seguros de curta duração e as principais premissas atuariais envolvidas no gerenciamento e precificação de seus riscos são frequência de sinistros e severidade. Volatilidade acima do esperado em quantidade de sinistros e montante de indenizações podem resultar em perdas não esperadas.

Os seguros de vida individual e vida com cobertura de sobrevivência são produtos, em geral, de média ou longa duração e os principais riscos envolvidos no negócio podem ser classificados como risco biométrico, risco financeiro, risco comportamental e risco de subscrição.

Risco biométrico refere-se a: i) aumento acima do esperado nas expectativas de longevidade em produtos com cobertura por sobrevivência (Vida com Cobertura de Sobrevivência, em sua maioria) e ii) queda acima do esperado nas expectativas de mortalidade em produtos com cobertura por morte (seguros de vida, em sua maioria).

Produtos que oferecem uma garantia financeira predefinida em contrato carregam um risco financeiro intrínseco ao seu risco de subscrição, sendo esse risco considerado como risco de seguro.

Risco comportamental refere-se ao aumento acima do esperado nas taxas de conversão em renda, resultando em aumento nas despesas com pagamento de benefícios de aposentadoria.

Os riscos de seguros e previdência, decorrem de perdas que contrariem as expectativas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING atreladas as operações de produtos comercializados nas supervisionadas SUSEP.

No risco de subscrição decorre do uso de metodologias e/ou premissas na precificação dos produtos, as quais podem se materializar de formas diferentes, contrariando as expectativas do produto ofertado: (i) Seguros é resultante da alteração no comportamento do risco em relação ao aumento na frequência e/ou severidade dos sinistros ocorridos, contrariando as estimativas de precificação; e (ii) Previdência Privada é observado no aumento na expectativa de vida ou no desvio das premissas utilizadas nas reservas técnicas.

As estimativas das premissas atuariais são baseadas na análise histórica da empresa, *benchmarks* de mercado e na experiência do atuário.

I - Efeito das mudanças nas premissas atuariais

Para mensurar o efeito de mudanças nas premissas atuariais, foram realizados testes de sensibilidade nos valores das estimativas correntes dos fluxos de caixa das obrigações futuras. A análise de sensibilidade considera uma visão dos impactos de como a alteração de premissas poderia afetar o resultado do período e o patrimônio líquido da data do balanço. Este tipo de análise comumente se dá na condição *ceteris paribus*, onde se mede a sensibilidade de um sistema quando se altera uma variável de interesse mantidas inalteradas todas as outras. Os resultados encontrados estão evidenciados no quadro a sequir.

		Impacto no Resultado e Patrimônio Líquido ⁽¹⁾						
		30/06/2023			31/12/2022			
	Previdência -	Seguros		Previdência -	iros			
Teste de Sensibilidade	Complementar e Vida com Cobertura por Sobrevivência	Bruto de Resseguros	Líquido de Resseguros	Complementar e Vida com Cobertura por Sobrevivência	Bruto de Resseguros	Líquido de Resseguros		
Taxa de Mortalidade								
Acréscimo de 5%	31.883	(8.047)	(7.609)	39.535	(7.908)	(7.529)		
Decréscimo de 5%	(33.644)	8.360	7.905	(40.205)	8.217	7.823		
Taxa de Juros Livre de Risco								
Acréscimo de 0,1%	79.302	2.020	1.907	96.050	2.102	1.997		
Decréscimo de 0,1%	(81.014)	(2.045)	(1.930)	(98.258)	(2.129)	(2.023)		
Taxas de Conversão em Renda								
Acréscimo de 5%	(704)	-	-	(7.428)	-	-		
Decréscimo de 5%	704	-	-	9.048	-	-		
Sinistros								
Acréscimo de 5%	-	(9.505)	(8.802)	-	(9.143)	(8.512)		
Decréscimo de 5%	-	9.505	8.802	-	9.143	8.512		

¹⁾ Valores líquidos dos efeitos tributários.

II - Concentração de Riscos

Para a empresa não há concentração de produtos em relação aos prêmios de seguros, reduzindo o risco de concentração em produtos e canais de distribuição.

Gestão de Risco Antes e Depois de Resseguro dos Maiores Ramos de Atuação

	Prêmios E	Prêmios Emitidos		guros	Prêmios Retidos	
	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
VGBL	5.680.968	3.921.983	-			3.921.983
PGBL	1.306.705	1.042.099			1.306.705	1.042.099
Vida em Grupo	213.196	231.635	64 61		213.260	231.696
Pensão, Pecúlio e Invalidez	123.656	126.887	(5.989) (1.650)		117.667	125.237
Tradicional	44.657	67.737	-			67.737
Acidentes Pessoais Coletivo	57.445	60.537	18 17		57.463	60.554
Doenças Graves ou Terminais	26.233	34.834	12 4		26.245	34.838
Demais Ramos	8.778	10.283	- 1		8.778	10.284
Total	7.461.638	5.495.995	(5.895)	(1.567)	7.455.743	5.494.428

c) Risco Operacional, Mercado, Crédito e Liquidez

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem na realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

A empresa classifica internamente seus eventos de risco em: fraude interna, fraude externa, demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho, práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços, danos a ativos físicos próprios ou em uso, interrupção das atividades, falhas em sistemas processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI), falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades.

Ações relacionadas à prevenção a fraudes são conduzidas pela área de inspetoria. Independentemente da origem, os casos específicos podem ser deliberados nos comitês de riscos e comitês de integridade e ética. A empresa possui governança estruturada através de fóruns e órgãos colegiados, que reportam ao Conselho de Administração, com papéis e responsabilidades bem definidos de forma a segregar as atividades de negócio, gestão e controle, assegurando a independência entre as áreas e, consequentemente, decisões equilibradas em relação aos riscos. Isto se reflete na gestão dos riscos executada de forma descentralizada, que é responsabilidade das áreas de negócio, e pelo controle centralizado, executado pela área de controles internos, *compliance* e risco operacional, através de metodologias, treinamento, certificação e monitoramento do ambiente de controles de maneira independente.

II - Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (*commodities*).

A política institucional de gerenciamento de risco de mercado encontra-se aderente à Resolução CMN 4.557 e alterações posteriores, constituindo um conjunto de princípios que norteiam a estratégia no controle e gerenciamento de risco de mercado de toda a instituição.

A estratégia de gerenciamento de riscos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING busca balancear seus objetivos de negócio, considerando, dentre outros: conjuntura política, econômica e de mercado, perfil da carteira do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e capacidade de atuar em mercados específicos.

A estrutura de controle de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a função de: proporcionar visibilidade e conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado está em linha com os objetivos de risco-retorno do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, promover o diálogo disciplinado e bem informado sobre o perfil de risco global e sua evolução no tempo, aumentar a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados, fornecer mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócio e monitorar e evitar a concentração de riscos.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades diárias de: (i) mensuração e avaliação de risco, (ii) monitoramento de cenários de estresse, limites e alertas, (iii) aplicação, análise e testes de cenários de estresse, (iv) reporte de risco para os responsáveis individuais dentro das unidades de negócios de acordo com a governança do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, (v) monitoramento de ações necessárias para o reajuste de posições e/ou níveis de risco para fazê-los viáveis, e (vi) apoio ao lançamento de novos produtos financeiros com segurança.

O CMN possui regulamentos que estabelecem a segregação de exposição ao risco de mercado em fatores de risco, tais como: taxas de juros, taxas de câmbio, ações e *commodities*. Os índices de inflação brasileiros também são tratados como um grupo de fatores de risco e seguem a mesma estrutura de governança de limites.

A estrutura de limites e alertas é alinhada com as diretrizes do Conselho de Administração, sendo revisada e aprovada anualmente. Esta estrutura conta com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão dos riscos, bem como evitar sua concentração. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio, a liquidez, a complexidade e as volatilidades dos mercados, bem como o apetite de risco da instituição.

As análises do risco de mercado, em relação às operações de seguros, são realizadas com base nas seguintes métricas e medidas de sensibilidade e controle de perdas:

- Valor em Risco (*VaR Value at Risk*): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança.
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos e históricos).
- Sensibilidade (*DV01 Delta Variation*): impacto no valor justo dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador.
- Concentração: exposição acumulada de determinado instrumento financeiro ou fator de risco, calculada a valor justo (*"MtM Mark to Market"*).

Na tabela, apresenta-se a análise de sensibilidade (DV01 – Delta Variation) em relação às operações de seguros:

Classe	30/06/20)23	31/12/2022			
Classe	Saldo Contábil	DV01	Saldo Contábil	DV01		
Títulos Públicos						
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	7.712.727	(8.166)	5.948.085	(6.201)		
Notas do Tesouro Nacional (NTN-C)	5.921.643	(3.005)	5.439.062	(2.909)		
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	285.098	(140)	257.247	(139)		
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	21.179	(4)	158.881	(28)		
Títulos Privados						
Indexado a IPCA	135.059	9 (142)	391.500	(386)		
Indexado a PRÉ	15.279	(2)	16.422	(2)		
Ações	199.000	1.990	381.537	3.815		
Ativos Pós-Fixados	1.292.012	-	1.755.204	-		
Compromissadas Over	1.524.043	-	2.151.085	-		
Total (1)	17.106.040		16.499.023			

¹⁾ Apresentado no Balanço Patrimonial na rubrica Aplicações, exceto as aplicações de VGBL no montante de R\$ 232.187.788 (R\$ 216.161.286 em 31/12/2022) e na rubrica Outros Créditos Operacionais - Títulos e Créditos a Receber no montante de R\$ 4.290 (R\$ 0 em 31/12/2022), referente a bloqueios judiciais.

III - Risco de Liquidez

A empresa identifica o risco de liquidez como o risco de escassez de recursos líquidos, disponíveis para honrar suas obrigações correntes num determinado momento. O gerenciamento do risco de liquidez para as operações de seguros é feito de forma contínua, a partir do monitoramento do fluxo de pagamentos relativo aos seus passivos, vis a vis o fluxo de recebimentos gerado pelas suas operações e pela carteira de ativos financeiros.

Os ativos financeiros são gerenciados com o objetivo de otimizar a relação entre o risco e o retorno dos investimentos, levando em conta, de forma parcimoniosa, as características dos seus passivos. O controle integrado de risco, leva em conta os limites de concentração por emissor e risco de crédito, as sensibilidades e limites de risco de mercado e o controle de risco de liquidez dos ativos. Dessa forma, os investimentos são concentrados em títulos públicos e privados com boa qualidade de crédito em mercados ativos e líquidos, mantendo montante considerável investido em ativos de curto prazo, com liquidez imediata, para fazer frente às necessidades regulares e contingenciais de liquidez. Além disso, a empresa efetua um constante monitoramento das condições de solvência de suas operações de seguros.

Passivo	Ativo		30/06/2023			31/12/2022	
Operações de Seguros	Ativo Garantidor	Valor do Passivo ⁽¹⁾	Duration (meses) do Passivo	Duration (meses) do Ativo	Valor do Passivo ⁽¹⁾	Duration (meses) do Passivo	Duration (meses) do Ativo
Prêmios não Ganhos (PPNG)		341.104	34,5	13,1	341.418	34,7	11,3
Eventos Ocorridos e não Avisados (IBNR), Despesas Relacionadas (PDR) e Sinistros a Liquidar (PSL)		198.236	34,5	13,1	188.300	34,7	11,3
Matemática de Benefícios a Conceder e Concedidos (PMBAC / PMBC)	Certificados de Depósito Bancário (CDB)	1.518	26,7	13,1	1.761	33,0	11,3
Subtotal	Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI)	540.858		-	531.479		
Operações de Previdência, VGBL e Vida Individual	Debêntures						
Despesas Relacionadas (PDR)	Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE) Letras Financeiras (LF)	49.986	94,6	74,7	48.516	96,5	69,5
Prêmios não Ganhos (PPNG)	Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	11.299	19,4	13,1	11.919	19,6	11,3
Sinistros a Liquidar (PSL)	Letras do Tesouro Nacional (LTN) Títulos Privados	78.095	19,4	13,1	73.886	19,6	11,3
Eventos Ocorridos e não Avisados (IBNR)	Titulos Privados	25.932	19,4	13,1	25.932	19,6	11,3
Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)		496.159	19,4	13,1	394.285	19,6	11,3
Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)		4.149.265	94,6	74,7	4.004.161	96,5	69,5
Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC) - PGBL / VGBL		232.267.815	160,2	55,5	216.431.047	155,3	50,7
Matemática de Benefícios a Conceder-Tradicionais		7.607.581	193,6	89,3	8.035.821	214,3	82,0
Excedente Financeiro (PEF)		789.686	193,6	89,3	728.962	214,3	82,0
Subtotal		245.475.818			229.754.529		
Total Provisões Técnicas		246.016.676			230.286.008		

1) Valores Brutos de Direitos Creditórios, Depósitos Judiciais e Resseguro

IV - Risco de Crédito

A empresa entende o risco de crédito como o risco de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.

Assim, para um contrato de seguro, o risco de crédito inclui o risco de que a seguradora venha a incorrer em perda financeira devido ao não cumprimento das obrigações decorrentes de um contrato, decorrente da insolvência ou falta de liquidez das resseguradoras, segurados e emissores de ativos financeiros.

IV.I - Resseguradores

As operações de resseguro são controladas por meio de política interna. Adicionalmente observamos as determinações da SUSEP quanto aos resseguradores que operamos, notadamente, o item "classificação de solvência, emitida por agência classificadora de risco".

As operações de prêmios emitidos de resseguros estão representadas basicamente por Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros (local) com 60% e Swiss Reinsurance Company (local) com 40% (mesmos percentuais (%'s) observados em 31/12/2022).

IV.II - Prêmios a receber

Para o risco de crédito decorrente dos prêmios vencidos, a empresa considera irrelevante, uma vez que os casos com pagamento de cobertura inadimplentes, segundo a regulamentação brasileira, podem ser cancelados. Ademais, a empresa possui metodologia própria para provisionar o valor recuperável de prêmios de seguros. Esta metodologia permite uma redução no valor recuperável no caso de prêmios a receber vencidos e não pagos, referentes a apólices que não tenham sido canceladas. O comportamento deste risco é monitorado trimestralmente quando ocorre a atualização do modelo.

Para visão detalhada da exposição ao risco de prêmios a serem recebidos consultar Nota 4 - Contrato das Operações.

IV.III - Aplicações

A exposição ao risco de crédito, decorrente de títulos privados utilizados como ativos garantidores para as provisões técnicas, são monitorados diariamente, por área independente à área de investimentos. O limite de exposição é aprovado em comitês superiores e reportado diariamente a aderência à área de risco de crédito e investimento.

Para visão detalhada da exposição ao risco de crédito de aplicações consultar Nota 3 – Aplicações.

Os documentos "Relatório de Acesso Público", que detalham as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco do conglomerado, e não fazem parte das demonstrações contábeis, podem ser visualizados no site www.itau.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Itaú Unibanco, Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatórios.

Nota 11 - Informações Suplementares

a) Comitê de Auditoria Único

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432, de 12/11/2021, a empresa aderiu ao Comitê de Auditoria Único instituído pelo Conglomerado Financeiro Itaú Unibanco, por intermédio da instituição líder Itaú Unibanco Holding S.A. O resumo do relatório do referido Comitê foi divulgado em conjunto com as Demonstrações Contábeis da instituição líder.

Demonstrações financeiras em 30 de junho de 2023 e relatório do auditor independente





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas Itaú Vida e Previdência S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Itaú Vida e Previdência S.A. ("Itaú Vida"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itaú Vida e Previdência S.A. em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Itaú Vida, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Mensuração das provisões técnicas de seguros e previdência (Notas 2 (c.II), 2 (d.V) e 4)

A Itaú Vida apresenta passivos decorrentes de operações de contratos de seguros e previdências, registradas nas rubricas "Provisões Técnicas - Seguros e Previdência" e "Provisões Técnicas - Previdência Complementar" nas demonstrações financeiras.

A mensuração dos valores dessas provisões técnicas, como a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC), a Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) e a Provisão Complementar de Cobertura (PCC), depende de metodologias de cálculo com base nas premissas determinadas nos contratos de previdência.

Adicionalmente, a Administração realiza o Teste de Adequação de Passivos (TAP) com o objetivo de capturar possíveis insuficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguros e previdência, e caso a análise demonstre insuficiência, o valor correspondente é registrado na PCC. O TAP envolve a apuração do valor presente dos fluxos de caixa estimados, descontado por taxa de juros livre de risco (ETTJ) e a utilização de premissas atuariais tais como, mortalidade e conversão em renda.

Considerando a relevância dos valores, especificamente da PMBaC e PMBC, e as incertezas e julgamentos envolvidos no TAP para a mensuração das provisões técnicas, mantivemos essa uma área de foco de nossos trabalhos de auditoria.

Confirmamos nosso entendimento e testamos o desenho e efetividade dos principais controles para mensuração dessas provisões técnicas.

Para a PMBaC: (i) testamos a totalidade e integridade da base de dados e confrontamos com os saldos contábeis, (ii) testamos a movimentação das cotas e dos valores dessa provisão para os produtos da modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) e Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL) e (iii) conferimos, em base amostral, a atualização das reservas de acordo com a valorização dos fundos de investimentos atrelados.

Para a PMBaC e PMBC relativo aos produtos da modalidade Fundo Gerador de Benefícios (FGB) e PCC, com apoio de nossos especialistas atuariais, efetuamos procedimentos de avaliação qualitativa das metodologias de cálculo e principais premissas atuariais e financeiras consideradas pela Administração na mensuração dessas provisões técnicas, incluindo o TAP, bem como suas correspondentes implementações de acordo com as notas técnicas atuariais. Adicionalmente, efetuamos procedimentos de recálculo, em base amostral, das provisões PMBaC e PMBC.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a mensuração das provisões técnicas são apropriados e consistentes com a divulgação em notas explicativas.

Ambiente de Tecnologia da Informação

A Itaú Vida está inserida dentro do ambiente de controle do Itaú Unibanco Holding S.A. (Banco), controlador indireto da Itaú Vida.

O Banco e suas controladas são dependentes da sua estrutura de tecnologia para processamento de suas operações e consequente elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. A tecnologia representa aspecto fundamental na evolução dos Como parte de nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os controles automatizados dos sistemas aplicativos relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes do desenho e da efetividade



Porque é um PAA

negócios do Banco e suas controladas e nos últimos anos, foram feitos investimentos significativos de curto e longo prazo em sistemas e processos de tecnologia da informação.

A estrutura de tecnologia, portanto, é composta por mais de um ambiente com processos distintos e controles segregados. Adicionalmente, parte substancial das equipes do Banco e suas subsidiárias continuam realizando suas atividades de forma remota (home office) o que ocasionou a necessidade de adaptações aos processos e infraestrutura de tecnologia para a manutenção da continuidade das operações.

A não adequação do ambiente de controles gerais de tecnologia e de seus controles dependentes poderia acarretar em processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações contábeis, bem como ocasionar riscos relacionados à segurança da informação e *cybersecurity*. Dessa forma, consideramos essa uma área foco de nossos trabalhos de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

dos principais controles relevantes, bem como a execução de testes relacionados com a segurança da informação, incluindo gestão de acesso, gestão de mudanças e monitoramento da capacidade de operação da infraestrutura de tecnologia.

Os procedimentos de auditoria aplicados, resultaram em evidências apropriadas que foram consideradas na determinação da natureza, época e extensão dos demais procedimentos de auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Itaú Vida é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Itaú Vida é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Itaú Vida continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Itaú Vida ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Itaú Vida são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Itaú Vida e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.



- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Itaú Vida.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Itaú Vida. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Itaú Vida a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive
 as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e
 os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da coligada para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Itaú Vida. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essa coligada e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Itaú Vida.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de agosto de 2023

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP000160/O-5 Maria José De Mula Cury Contadora CRC 1SP192785/O-4